

**As unidades da Guarda Nacional sediada  
em Resende no século XIX : a oligarquia em armas.**

*Julio Cesar Fidelis Soares<sup>1</sup>*

---

Resumo

O presente artigo tem como objeto a Guarda Nacional que era vista por seus idealizadores como o instrumento apto para a garantia da segurança e da ordem no Brasil Império. Vale dizer, que segundo o pensamento da época era a garantia para a manutenção do espaço da liberdade entre os limites da tirania e da anarquia nos mais longínquos rincões do império brasileiro. Falaremos um pouco do staff das unidades da Guarda Nacional estacionadas em Resende; onde apresentaremos os dirigentes do então Comando Superior da Guarda Nacional no município. A importância da Guarda Nacional se mostra quando da organização das unidades de Cavalaria Ligeira, pois segundo estudo de Jose Wash Rodrigues<sup>2</sup>, a maioria dos Corpos de Cavalaria do Brasil era constituídos por unidades da Guarda Nacional, fonte de força e poder local e assim para os dois regimentos de cavalaria do exército imperial existiam 22 corpos da Guarda Nacional. Relação que nos instiga a buscar as relações de poder existente e a influência destes corpos em localidades como a Resende do Século XIX.

---

O estudo que se segue pretende visualizar o contexto e força política e militar emanada pelos grupos econômicos formados pelos produtores de café que ao se organizarem de forma militarizada mostravam uma outra face do poder econômico vigente na região do Vale do Médio Paraíba e em especial na micro região de Resende na segunda metade do século XIX. Segundo dados históricos do século XIX, a Guarda Nacional era recrutada entre os cidadãos com renda anual superior a 200 mil réis, nas grandes cidades, e 100 mil réis nas demais regiões. Era vista por seus idealizadores como o instrumento apto para a garantia da segurança e da ordem, vale dizer, para a manutenção do espaço da liberdade entre os limites da tirania e da anarquia. Tinha como finalidade defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, mantendo a obediência às leis, conservando a ordem e a tranquilidade pública.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social, Economista, Professor de História Econômica, Formação Econômica do Brasil de Desenvolvimento Econômico e Social – Faculdades Dom Bosco – AEDB Resende/RJ.

<sup>2</sup> Rodrigues, Jose Wash, Uniformes do Exército Brasileiro – Ed. Especial Ministério da Guerra - 1922.

O Regente Feijó cria a Guarda Nacional no sentido de fortalecimento das elites políticas locais de cada região, pois eram elas que formavam ou dirigiam o Corpo de Guardas, isto demonstrava a total falta de confiança do governo na fidelidade do Exército.

Uma vez que a força Regular vivia envolvida em discussões políticas e sociais, muitas das vezes totalmente contrárias a ordem estabelecida pelo poder central. É no governo do Regente Feijó que se começa um processo de dismantelamento da estrutura do Exército Regular em prol do fortalecimento local das unidades da Guarda Nacional. Onde a nossa região de Resende, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Barra do Piraí e Bananal na Província de São Paulo são exemplos vivos deste passado. Assim, a utilização destas unidades militares é feita com toda sua força, mais política do que militar, a defender o solo pátrio no período de 1864 a 1870, no conflito chamado de Guerra do Paraguai que segundo a versão de alguns historiadores, a razão da guerra seria relacionada aos interesses ingleses, que viam com desgosto a crescente autonomia paraguaia. Sabe-se que havia uma emergente necessidade, por parte do Governo inglês, de desarticular o Paraguai, mantendo o controle econômico sobre a América Latina.

Recentemente a historiografia passou a concentrar-se mais atentamente na situação de cada país envolvido no conflito, bem como nas relações que mantinham entre si sem, entretanto, sem negar a significativa influência do capitalismo inglês, naquela época, na América Latina em especial no Brasil.

Fato que nos leva a curiosidade de estudarmos como tantos outros aspectos, dentro desse contexto de relações de poder das unidades, dos corpos de exército que participaram do conflito, mais precisamente a Guarda Nacional. Mas procurando identificar nele um pouco da participação de nossos conterrâneos no maior conflito das Américas. O que não foge a regra o caso de nossos conterrâneos munícipes de Resende no século XIX que participam da luta a partir da organização e alistamento de voluntários iniciada pelos elementos da Guarda Nacional sediada em Resende. Pois segundo o relatório provincial de 1843 que fala da organização dos Corpos da Guarda Nacional em nossa região do Vale do Médio Paraíba Fluminense, mostra que nas freguesias de Resende, São Vicente Ferrer e Sant'Anna na Vila de Resende e nas freguesias de Barra Mansa, Amparo e Espírito Santo na Vila de Barra Mansa eram sede do 1º e 2º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, do 9ª Legião comandada pelo Coronel GN Lucas Antonio Monteiro de Barros, figurando também neste contexto um Batalhão de Infantaria. Pois, o relatório provincial de 1852 nos informa que Resende tendo quadro efetivo suficiente e estando posicionado em região estratégica da Província mostra a importância desse corpo para região. O Corpo de Cavalaria, compunha-se de um efetivo de 350 praças, e ainda havia um batalhão de infantaria de

serviço ativo com contingente de 822 homens, além de uma seção de batalhão de reserva com efetivo de 232 praças, perfazendo uma força de 1404 homens.

Falando um pouco do staff das unidades da Guarda Nacional estacionadas em Resende é que apresentamos os dirigentes do então Comando Superior da Guarda Nacional no município. Tal comando tinha seu estado maior formado pelo Coronel Comandante da GN, Fabiano Pereira Barreto, comendador da Ordem da Rosa, o chefe do Estado Maior era Tenente-Coronel Antonio da Rocha Miranda e Silva, na Ajudância tinha o Major Antonio Alves de Carvalho e José Pereira Barreto. A Secretaria Geral do Comando estava a cargo do Capitão Manoel Dias Carneiro e a função de Quartel-Mestre era do Capitão Antonio Pereira Barreto. Já o 11º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da Cidade de Resende tinha seu comando nas mãos do Ten. Cel. Joaquim Gomes Jardim, oficial da Imperial Ordem da Rosa, presidente da Câmara em dois mandatos foi grande fazendeiro de Café. No ano de 1853 tal Corpo de Cavalaria tinha quatro companhias de cavalerianos. A Infantaria era representada no município pelo 27º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional cujo comandante era o Tenente Coronel Ladislao José da Fonseca, esta unidade era apoiada pela 12ª Seção de Reserva comandada pelo Major Antonio Pinto Coelho de Barros.

Na busca de montarmos um quadro que nos dê idéia da força política da GN em na Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense é que apresentamos o quadro abaixo:

Distribuição da Guarda Nacional na Província do Rio de Janeiro Região Sul - 1856									
COMMANDOS SUPERIORES	CAVALLARIA			ARTILHARIA		INFANTARIA			
	Corpos	Esquadrões	Companhias Avulsas	Secções	Companhias Avulsas	ACTIVA		RESERVA	
						Batalhões	Secções	Batalhões	Secções
Parary e Angra dos Reis			1		1	3			1
Valença e Parahyba	2					2		1	2
Rezende	1					1			1
Barra Mansa e Rio Claro	1	1				1	1		1
Pirahy e S. João do Príncipe	2					1			1
Vassouras e Iguazú	2					2		1	1

In: Secretaria do Governo da província do Rio de Janeiro, 20 de julho de 1856, O Secretário, José Francisco Cardozo

Dentre os 15 comandos Superiores dentro da Província o de Resende recebeu a denominação de sétimo (7º) que se compunha de um corpo de Cavalaria e um Batalhão de Infantaria e Seção de Reserva, criados em 18 de Outubro de 1852 e a seção de reserva em 12 de abril de 1853. Um ponto interessante

do relatório provincial de 1857 é o que ele nos informa quanto a instrução dos Corpos da Guarda Nacional da província:

“Instrução – Pouca ou quase nenhuma instrução tem tido a guarda nacional da província. Não é possível aos chefes do estado-maior como exige o art.79 da lei nº602, instruir aos corpos a que lhes compete tendo alguns deles companhias na distância de 6,8 e mais lagoas.”<sup>3</sup>

O relatório Provincial de 1858 chama atenção para o Corpo de Cavalaria de Vassouras com os seus 501 praças e enfatiza o fato 250 destes já possuírem o primeiro uniforme. É interessante notarmos que quase sempre o provimento de fardamento e armas aos corpos era feito pelos seus dirigentes. Assim com era bem da moda da época, estes primeiros uniformes eram adquiridos importando-os da França. Então estes fardamentos tinham forte influência dos modelos usados pelo exército imperial de Napoleão. Chamados de Grande Uniformes eram formados em dolman e calças em tom azul tendo alternativa de uso de calças brancas, a cobertura era uma barretina com penachos nas cores das armas da tradição francesa, cavalaria vermelho e branco, artilharia vermelho e preto e infantaria vermelho. Quando da ocorrência da Guerra da Criméia o fardamento da Guarda Nacional também sofre influência dos modelos usados pelos países envolvidos no conflito, a exemplo das unidades de Zuavos. Segundo o General Dionísio Cerqueira<sup>4</sup> os uniformes dos zuavos brasileiros tiveram como modelos a vestimenta dos corpos franceses existentes na Argélia. Na cabeça usavam o  *fez*  barrete de forma tronco-cônica, geralmente vermelha.

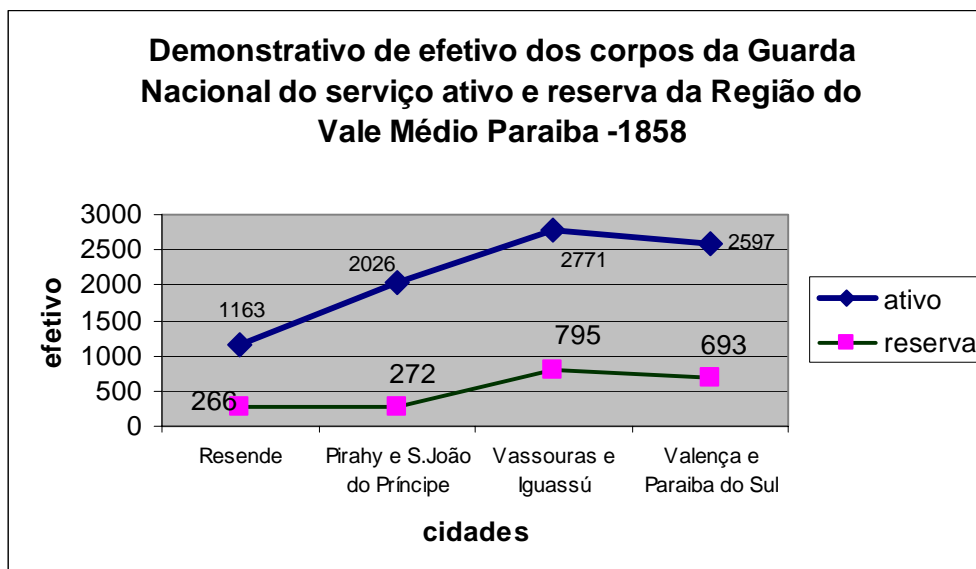


Brito e Braga, Batalhão de Fuzileiros da Guarda Nacional (1840-1845).

<sup>3</sup> Relatório Provincial de 1857 § X p.22 Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Cerqueira, Dionísio. Reminiscências da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1949.

Em 1858 a força ativa e de reserva qualificada pelos comandos superiores da Guarda Nacional na região do Vale do Médio Paraíba Fluminense relativa aos municípios de Resende, Pirahy , São João do Príncipe, Vassouras, Iguassú , Valença e Paraíba do Sul formavam um contingente em armas de 27193.



Fonte: Relatório Provincial Rio de Janeiro 1858 p.27

Já no Relatório do ano de 1859 se manteve as reclamações quanto à necessidade e urgência de armamentos, em especial cita a preocupação do Barão de Campo Bello<sup>5</sup> a este respeito uma vez que este era o comandante superior da Guarda Nacional de Vassoura e Iguassú. No ano de 1863 temos a nomeação por decreto de 21 de maio da promoção do alferes Luiz da Rocha Miranda Sobrinho<sup>6</sup> a Tenente Coronel Comandante do 11º esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional estacionado em Resende. Nascido em Resende a 7 de agosto de 1837, importante fazendeiro de café e gado nos municípios de Resende e Bananal foi proprietário de lendárias fazendas como a Taquaral, Palmeiras, Serra e Novo Destino. Participou ativamente na organização dos serviços de alistamento voluntariado para os serviços na Guerra do Paraguai, chegando a disponibilizar para força Imperial seus escravos. A importância da Guarda Nacional se mostra quando da organização das unidades de Cavalaria Ligeira, pois segundo estudo de Jose Wash Rodrigues<sup>7</sup>, a maioria dos Corpos de Cavalaria do Brasil eram constituídos por unidades da Guarda Nacional, assim para os dois regimentos de cavalaria do exército

<sup>5</sup> Laureano Correia e Castro, 1º barão de Campo Belo (\* 25.02.1790 + 08.01.1861), foi Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de Vassouras e Iguassú, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Comendador da Ordem da Rosa. O título de Barão lhe foi agraciado em 1854 pelo Imperador Dom Pedro II.

<sup>6</sup> Em 1867 é agraciado com o título de Barão de Bananal, tornando-se o primeiro resendense a conquistar um título de nobreza.

<sup>7</sup> Rodrigues, Jose Wash , Uniformes do Exército Brasileiro – Ed. Especial Ministério da Guerra -1922.

imperial existiam 22 corpos da Guarda Nacional. E para marcarmos a importância destas unidades em termos de força política é que apresentamos o quadro abaixo, ficando claro que a direção dos corpos e esquadrões eram uma prerrogativa das elites locais como elemento de dissuasão contra qualquer forma de desestabilização do poder da corte.

Numeração dos Corpos de Cavallaria da Guarda Nacional - 1868 -Província do Rio de Janeiro				
Commandos Superiores	Num	Corpos e Esquadrões	Num	Corpos e Esquadrões
Nitheroy	1°	Esquadrão de Cavallaria de Nitheroy		
Itaborahy e Maricá	2°	Esquadrão de Cavallaria de Maricá e Itaborahy		
Cabo Frio, Saquarema e Araruama	3°	Esquadrão de Cavallaria de Saquarema	4°	Esquadrão de Cavallaria de Cabo Frio
Magé e Estrella	6°	Esquadrão de Cavallaria de Magé		
Macahé e Barra de São João	2°	Corpo de Cavallaria da cidade de Macahé		
Angra dos Reis e Paraty	1°	Companhia de Cavallaria de Angra dos Reis		
Valença	5°	Corpo de Cavallaria de Valença		
Itaguahy e Mangaratiba	12°	Esquadrão de Cavallaria de Itaguahy		
Petrópolis e Parahyba do Sul	4°	Corpo de Cavallaria da Parahyba		
Resende	11°	Corpo de Cavallaria de Resende		
Rio Claro e Barra Mansa	10°	Corpo de Cavallaria de Barra Mansa	7°	Esquadrão de Cavallaria de Rio Claro
São João do Príncipe e Paraty	9°	Corpo de Cavallaria de São João do Príncipe	8°	Esquadrão de Cavallaria de Pirahy
Vassouras e Iguassu	6°	Corpo de Cavallaria de Vassouras	7°	Esquadrão de Cavallaria de Iguassú
Campos e São João da Barra	5°	Esquadrão de Cavallaria de Campos	9°	Esquadrão de Cavallaria de São João da Barra
Cantagallo e Nova Friburgo	3°	Corpo de Cavallaria de Cantagalo	8°	Esquadrão de Cavallaria de Santa Maria Magdalena
Rio Bonito e Capivary	1°	Esquadrão de Cavallaria de Rio Bonito		

Fonte: Relatório Provincial de 1868 – Guarda Nacional.

A propósito de se constituírem em unidades volumosas em efetivo, o caso é que em termos de armamento para as tropas de linha, o relatório provincial de 1867 nos relata a seguinte condição destas unidades da Guarda Nacional na Província :

“Armamento - Para o estado de cousas que acabei de descrever, tem contribuído bastante a falta de armamento que sente a Guarda Nacional. Sem artilharia não é possível exercitar-se a respectiva arma. Sem tambores, e fuzil não se pode exigir serviço dos batalhões de infantaria. E finalmente sem espadas e clarins impossível é instruir-se os corpos de cavallaria.[...]”<sup>8</sup>

Mesmo dentro deste cenário de dificuldades materiais vemos em Resende daquele tempo uma organização forte que contava com representação de inúmeros cafeicultores, com as maiores e mais fortes fontes de renda de nossa região. Sabemos que Resende nestes tempos de Guerra do Paraguai não era mais o maior produtor de café, porém se mantinha com uma produção cafeeira que somava 487.500 arrobas para ano 1868 o que correspondia a 6,28 % da produção da província<sup>9</sup>. Ao pesquisarmos vimos que o comandante Superior da Guarda Nacional em Resende, Coronel Fabiano Pereira Barreto em sua

<sup>8</sup> Relatório Provincial – Província do Rio de Janeiro 1867 Guarda Nacional – p.26

<sup>9</sup> Em 1868 a produção em arrobas de café exportado passado pela mesa provincial do Rio de Janeiro foi de 7.755.790@  
Fonte: Taunay, Affonso E. Historia do Café do Brasil. Rio de Janeiro DNC 1939 V.3 tomo I p.52

propriedade de café produziu 10.000 arrobas, já o comandante do 11º Corpo de Cavalaria da Província, o Tenente Coronel Luiz da Rocha Miranda Sobrinho em sua fazenda Taquaral teve a produção de 6.000 arrobas, a 1ª Companhia de Cavalaria era comandada pelo Capitão Domingos Gomes Jardim proprietário de fazenda em Campo Bello (hoje Itatiaia), propriedade esta que produzia 2.500 @.

O café era base de nossa economia, ao mesmo tempo em que preservava aspectos do passado colonial caracterizado por forte base escravista e calcada no latifúndio, tornava nossa economia mais dinâmica, estimulando a construção de ferrovias e portos, além de criar condições favoráveis para o crescimento de outros empreendimentos como bancos, atividades ligadas ao comércio interno e uma série de iniciativas empresariais. Este avanço criou e deu poder econômico e político a estes cafeicultores. Segundo Maria Fernanda Vieira Martins em seu estudo sobre Redes de Poder: o conselho de estado e a elite imperial 1842-1889, nos explica que a monarquia constitucional brasileira construiu-se a partir de um longo processo de organização de uma autoridade central, no qual a instituição do Conselho de Estado teve papel fundamental na conciliação dos interesses das elites com a manutenção do poder Imperial. E ainda dentro do mesmo estudo é que nos esclarece que é na noção de rede que complementa a compreensão do sentido de elite e suas relações quer individuais quer em cadeia de relacionamentos. Assim, os membros desse Conselho de Estado, integravam diferentes redes de relacionamentos que se perpetuavam e se reconstruíam no país desde o século XVIII, tendo como base de referência antigas famílias e sua aliança clientelares.<sup>10</sup>

Na Resende do século XIX é patente essa cultura e forma de atuar da elite local onde procuravam participar do aparato político-administrativo do império. E isto fica bem evidente quando tratamos do caso dos quadros da Guarda Nacional ,pois ilustram bem a demonstração de poder e força dessa elite ocupando os cargos militares-adminstrativo deste corpo de guardas de elite que se colocavam como defensores do império.

É nesse contexto, que o capital cafeeiro e o poder político de um indivíduo correspondiam não apenas a seu status, mas ainda relacionavam-se à sua capacidade de oferecer e retribuir benefícios , concessões e privilégios , em um amplo esquema de trocas cuja função estruturante se verificava em um nível mais básico e cotidiano das relações de poder. Na prática, consistiam em aspectos informais e conviver com as estruturas formais de ordenação política e social, transformando-se progressivamente em práticas marginais na proporção em que se complexificava o aparelho de controle e administração do

---

<sup>10</sup> E.Grendi.Paradossi della storia contemporânea, In Aa.Vv.Dieci Interventi sula storia sociale,Torino: Rosenberg&Sellier.1981 p.73

Estado<sup>11</sup>. A exemplo do que foi dito temos um documento que relata da necessidade de recurso para construção de uma estrada que ligaria a Vila de Resende até a povoação de Ariró. Obra esta que estaria sob diligência do Capitão da GN Domingos Gomes Jardim.

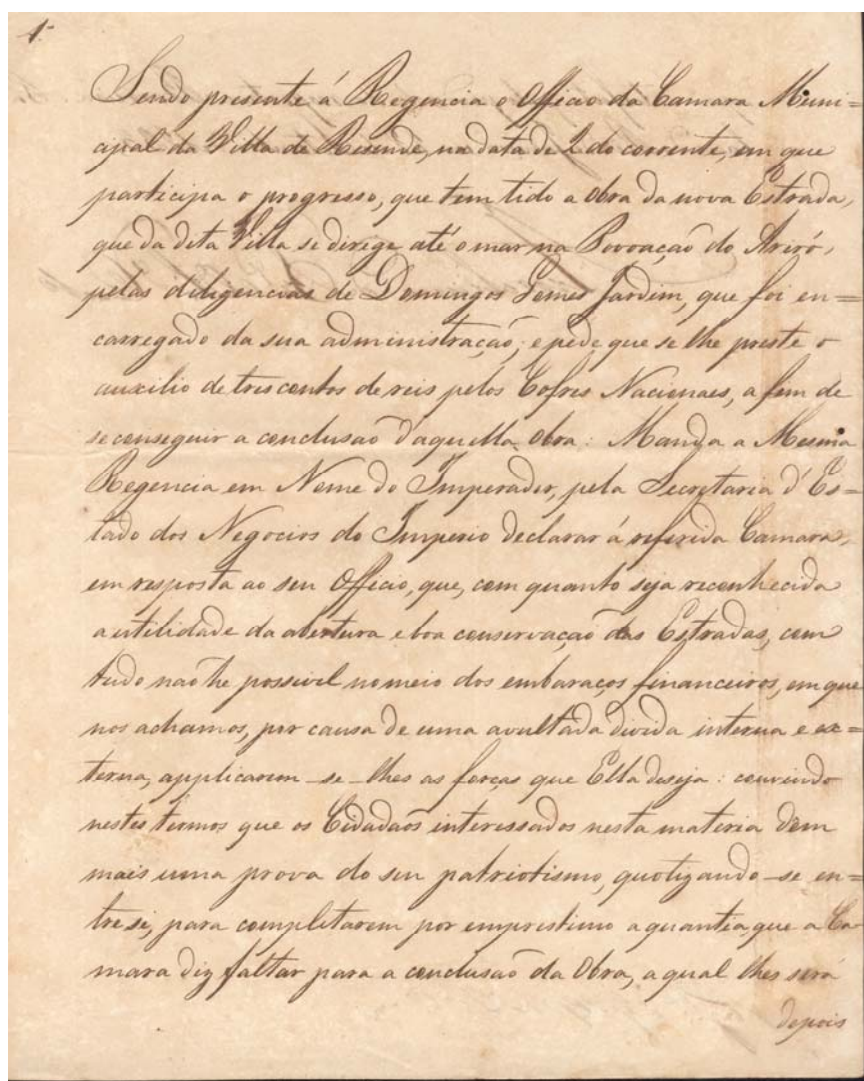


Fig.1 – Correspondência da Câmara Municipal Construção da Estrada do Ariró /Outubro de 1833.

Em outro documento que pesquisamos, datado de 1831, achamos uma petição direta do gabinete do Regente Feijó através da Secretaria de Estado dos Negócios e Finanças mandando a então Câmara

<sup>11</sup> Angela Barreto Xavier e Antonio Manuel Hespanha. As Redes Clientelares. In Jose Mattoso(dir)História de Portugal .Lisboa :Estampa ,1998,V.4 O Antigo Regime(1629-1807), A Arquitetura dos Poderes.p.339

da Vila de Resende preparar a partir dos Livros dos Juizes de Paz a matricula dos cidadãos que deveriam ser alistados para compor os quadros da Guarda Nacional.

Manda a Regencia em Nome do Imperador,  
pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justi-  
ca, que a Camara Municipal da Villa de  
Resende, subministre sem perda de tempo os  
Juizes de Paz de seu termo os Livros necessarios  
para a Matricula dos cidadãos que devem  
ser alistados na Guarda Nacional, segundo  
o Art. 13 da Lei de 18 de Agosto do corrente,  
e que logo que elle forem remettidas as listas,  
faca a repartiçao e fixaçao de parcellas na  
forma determinada no Art. 32 da mesma  
Lei, participando immediatamente aos Juizes de  
Paz respectivos, e ao Governo para se darem as  
ulteriores providencias. Palacio do Rio de  
Janeiro em 9 de Setembro de 1831.

Diogo Antonio Feijó

Reg. da C. M. de Res. da Cam. Municipal.

Fig. 2 – Correspondência Gabinete da Regência – 9 de Setembro de 1831 assinada pelo Regente Pe. Diogo Antonio Feijó.

Concluindo o artigo, enfatizo o fato da necessidade de novas pesquisas sobre a formação econômica da região do médio Vale do Paraíba Fluminense, elemento de extrema importância para entendermos a Formação Econômica do Brasil a luz de um novo modelo historiográfico que considere as relações de poder regionalmente e as dinâmicas econômicas vividas por cada recanto do Vale do Paraíba, pois pela historiografia clássica as cidades locais tinham uma pequena relação com as fazendas e a riqueza girava em torno destas e não daquelas, o que no caso de Resende podemos ver exatamente o contrário; com a formação de um grupo bem destacado de pequenos e médios produtores ativos politicamente, ocasionando uma distribuição de renda bem diferente do que se poderia imaginar face as grandes propriedades. Tudo isto no período em que o Brasil era o Império do Café, mesmo quando o processo econômico brasileiro se desenvolvia nas condições de economia incipiente nos moldes de um capitalismo tardio, com traços coloniais, dependente e mercantilista, ainda que no século XIX o mercantilismo já tivesse sido superado como modelo internacional, os pequenos e médios cafeicultores coexistiam, agiam e interagiam no tão afamado mundo das grandes propriedades, formando neste caso um contingente com poder político e econômico. Pois fazendo parte ativa dos Corpos da Guarda Nacional se viam como verdadeiros baluartes da independência e a integridade do Império e braço de Sua Majestade Imperial Defensor Perpétuo do Brasil .

## Bibliografia:

Almanaque Laemmert. 1845-1885

Arquivo Público de Resende, Fundação Casa de Cultura Macedo Miranda, acervo documentação da Câmara Municipal de Resende.

Angela Barreto Xavier e Antonio Manuel Hespanha. As Redes Clientelares. In Jose Mattoso(dir)História de Portugal .Lisboa :Estampa ,1998,V.4 O Antigo Regime(1629-1807), A Arquitetura dos Poderes.

Bopp, Itamar. Casamentos na Matriz de Resende. Instituto Genealógico Brasileiro, 1971.

\_\_\_\_\_. Notas Genealógicas. São Paulo, Gráfica Sangirardi.S.N.ed .1987.

Burlamaque, F. L. C. Monografia do Cafeeiro e do Café. Rio de Janeiro, Tip. N. L. Viana & Filhos, 1860.

Brum, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro, Vozes.19ª Ed., 1999.

Calógeras, J. Pandiá. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Companhia Das Letras, 1945

Castro, Antônio Barros de. Sete Ensaio Sobre A Economia Brasileira. Rio De Janeiro, Forense, 1971.

Conrad, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura No Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

Cerqueira, Dionísio. Reminiscências da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1949

E.Grendi.Paradossi della storia contemporânea , In Aa.Vv.Dieci Interventi sula storia sociale ,Torino: Rosenberg&Sellier.1981

Fauto,B. História do Brasil.São Paulo : Edusp,1994.

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1970.

Linhares, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996

\_\_\_\_\_. História da Agricultura Brasileira – Combates e Controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981

*Maia, João de Azevedo Carneiro. do Descobrimento Do Campo Alegre À Criação Da Vila De Resende. [ S.Ed] , 1886.*

\_\_\_\_\_. Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Resende desde A sua Fundação . Rio de Janeiro, 1891 [ Monografia] .

Magalhães Filho, Francisco de B.B. de –História Econômica, Ed.Saraiva ,Sp,1982.

*Modos de Produção e Realidade Brasileira. "A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878." Petrópolis, Vozes,1980.*

Pizarro, José de Sousa Azevedo. *Memórias históricas da Província do Rio de Janeiro*.

Pereira ,Waldick, Cana , café & laranja : historia econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro :FGV/SEEC ,1977.

Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1945.*História econômica do Brasil*.

*PORTO, Luiz de A. Nogueira. Bananal no Império: famílias e fazendas. Rio de Janeiro: EGAL, 1994.*

Saint- Hilaire, Auguste de. Viagem À Província de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. (Início Do Século Xix).

\_\_\_\_\_. Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. (Início Do Século Xix).

\_\_\_\_\_. 1822. Segunda Viagem do Rio de Janeiro A Minas Gerais e a São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp  
Silva, Eduardo. Barões e Escravidão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

Sodré, Alfredo. *Resende, os cem anos da cidade.S[ed]*

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. A nobreza brasileira e a origem de seus títulos. São Paulo, Imprensa Oficial, D. O. Leitura, nº 133, 1993.

Stein, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.

Taunay, Affonso E. História Do Café Do Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, V. 2, T. 11; V. 4, T. 11 E V. 5, T. 11

\_\_\_\_\_. Pequena História do Café No Brasil. Rio de Janeiro, Dnc, 1945.

Tschudi, J. J. Von. Viagem À Província do Rio de Janeiro e São Paulo. Biblioteca Histórica Brasileira, São Paulo, Martins, 1953.

Vallim, João Rabello de Aguiar. Famílias paulistas do Bananal. São Paulo, Revista do I. H. G. S. P., volume LXXX, 1985.

Vasconcelos, Clodomiro de. "As Estradas Antigas de Transporte de Café no Estado Do Rio", In O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1944, V. 2.

Viana, Oliveira. "Hegemonia do Vale do Paraíba", In O Café no Segundo Centenário de Sua Introdução No Brasil. Rio De Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, V. 2.

Whately, Maria Celina, O Café em Resende no Século XIX, Ed. José Olympio, Rj, 1987.

Whately, Maria Celina, Resende, A Cultura Pioneira do Café no Vale do Paraíba, Niterói-RJ :Ed Gráfica La Salle , 2003.

Zaluar, Emilio. Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860-61. São Paulo, 1953

Meio Eletrônico:

Martins, Vieira Maria Fernanda (UFRJ) Redes de Poder : O Conselho de Estado e a Elite Imperial , 1842-1889. Simpósio: Conflitos, cidadania e poder nos Oitocentos. [http://www.anpuh.uepg.br/Xxiiiisimposio/anais/textos/MARIA%20FERNANDA%20VIEIRA%20MARTINS.pdf20/6/2007 10:18:32](http://www.anpuh.uepg.br/Xxiiiisimposio/anais/textos/MARIA%20FERNANDA%20VIEIRA%20MARTINS.pdf20/6/2007%2010:18:32)